



**Diário de Notícias**  
Edição 27 de Outubro 2015

**Bruxelas sabia da fraude de emissões desde 2013**

**AUTOMÓVEL.** Altos funcionários da União Europeia terão alertado vários colegas para a manipulação de emissões em testes de homologação em 2013, dois anos antes da fraude da VW ter sido denunciada pelas autoridades norte-americanas. O aviso do comissário do Ambiente na altura, Janez Potocnik, não surtiu efeito, porque Bruxelas não terá aplicado qualquer medida para contrariar esta prática. A revelação foi feita no mesmo dia em que foi anunciado que a Toyota destronou o grupo alemão em número de carros vendidos. Os japoneses venderam 7,49 milhões de carros nos primeiros nove meses do ano, mais 600 mil do que a VW, aproveitando não só os impactos do *dieselgate* mas também os problemas na China e na Rússia com o grupo de Wolfsburg.



**699 mil. Contratos a prazo atingem máximo desde 2011**

**4,1 milhões de europeus arranjaram emprego**

**Emprego** Desde que a *troika* chegou a Portugal que não havia um número tão elevado de trabalho precário. Regime que prolongou duração dos contratos explica a subida

LUCÍLIA TIAGO

Os contratos a prazo atingiram no início deste verão o valor mais alto desde que a *troika* chegou a Lisboa, em 2011 – um total de 698,9 mil trabalhadores tinham este tipo de contrato. Os números, dizem os sindicatos, provam que o emprego criado nos últimos anos tem sido maioritariamente precário.

Aos contratos a prazo somam-se ainda 128 mil trabalhadores com contratos de prestação de serviços (associados aos recibos verdes), o que eleva para 826,7 mil o universo de pessoas com um vínculo precário. O reforço das relações contratuais a prazo foi acompanhado de uma quebra do lado dos trabalhadores que estão nos quadros.

No início de 2011, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, havia 690,7 mil pessoas a trabalhar com contrato a termo e 2,911 milhões nos quadros – as alterações na metodologia do

Inquérito ao Emprego introduzidas em 2011 inviabilizam comparações anteriores a esta data. Os contratos a prazo, 18 trimestres depois (junho de 2015), rondavam os 699 mil e os sem termo tinham recuado para 2,896 milhões.

Entre um e outro período observou-se um recuo nas relações contratuais a termo, que baixaram para 564 mil no último trimestre de 2012 – altura em que foi acionado o primeiro regime excepcional que permitiu prolongar este tipo de contrato para além do limite de três anos. No final de 2013 (já com um segundo regime excepcional em vigor), o número de trabalhadores com contrato a prazo superou os 614 mil.

Para a CGTP e Precários Inflexíveis, estes dados mostram que estes regimes extraordinários apenas serviram para aumentar a precariedade do emprego.

O fim do contrato a termo é, desde há muitos anos, o principal motivo para a inscrição de novos desempregados nos centros de emprego. Esta situação, refere Francisco Espregueira Mendes, especialista em direito do trabalho, poderá acentuar-se nos próximos tempos. É que, precisou ao Dinheiro Vivo, “ainda se mantém as condições” que levaram a que em 2012 e 2013 fossem criados regimes empresariais para as empresas estenderem a duração dos contratos a prazo.

O jurista da Telles de Abreu acredita que muitas das empresas com contratos a atingir a duração máxima irão dispensar trabalhadores para não arriscarem ter de os colocar no quadro.

É que os contratos que atingirem o limite de três anos depois de 8 de novembro irão deixar de poder acionar os regimes excecionais de

2012 e 2013 – que abriram caminho a novas duas renovações até um limite de mais 18 e de mais 12 meses, respetivamente.

João Vieira Lopes, que preside à Confederação Comércio e Serviços, setor em que o recurso aos contratos a termo é mais expressivo, inclina-se a acreditar que o fim deste regime não aumente o desemprego, mas lamenta que a medida acabe de forma administrativa e sem tempo para que o tema possa ser discutido “de forma integrada”. Ou seja, mais do que terminar ou prolongar este regime, o importante seria discutir-lo à luz das renovações dos contratos e do período experimental, disse ao DN/Dinheiro Vivo o presidente da CCP.

“Sentimo-nos confortáveis com a duração máxima de três anos” desde que fosse conjugada com o fim da limitação da renovação (só são permitidas três, no máximo) e caso o período experimental pudesse ser alargado para 180 dias, defende Vieira Lopes.

**TRABALHO** Um em cada cinco (18,6%) dos europeus que estavam desempregados no primeiro trimestre de 2015 conseguiram arranjar emprego nos três meses seguintes. Ao todo, foram 4,1 milhões de pessoas, segundo o Eurostat. O número é inferior aos cinco milhões de pessoas que no mesmo período perderam o emprego (2,2 milhões) ou passaram para a inatividade (2,8 milhões).

Pela primeira vez, o Eurostat publicou informação sobre os movimentos de entrada e saída do desemprego e também da inatividade. Os dados não estão ajustados ao efeito da sazonalidade e mostram que a situação em Portugal foi até ligeiramente mais favorável do que a observada no conjunto da UE, já que um em cada quatro dos portugueses (25%) que se encontravam desempregados no primeiro trimestre deste ano conseguiu arranjar trabalho nos três meses seguintes. Há 12 Estados membros onde a percentagem de desempregados que começaram a trabalhar no segundo trimestre deste ano é mais elevada do que a média de 18,6% observada na UE.